



ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT+ DO CEARÁ

1 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e quinze minutos,
2 reuniram-se de forma híbrida, presencialmente na Sala de Reunião, situada na Secretaria da
3 Diversidade do Governo do Estado do Ceará, Fortaleza/CE e virtualmente pela plataforma do Meet
4 <https://meet.google.com/hxz-ribq-pix>, a 19ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Combate à
5 Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT+, criado pelo
6 Decreto nº 33.906/2021 e alterado pelo Decreto nº 35.494/2023, nos termos da Lei Estadual nº
7 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, vinculado à Secretaria da Diversidade do Governo do Estado do
8 Ceará, a presença dos seguintes conselheiros: André Marinho (Secretaria da Diversidade), José
9 Carlos de Paula (Secretaria da Juventude), Lucas Mateus Sobrinho de Lima (Secretaria de
10 Igualdade Racial), Elízio Loiola (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará - SASEC),
11 Emmanoelly Silva Rocha (Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL), Paulo Ricardo Andrade da
12 Costa (Diversidade do Curtume), Edilson Gomes da Silva (Diversidade do Curtume), Louise
13 Ferreira Gomes (Secretaria de Cultura), Francisco Theófilo de Oliveira Gravinis (Secretaria de
14 Proteção Social), Larissa Ferreira Nunes (Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e
15 Produção de Subjetividades – VIESES/UFC), Ana Valéria Escolástico Mendonça (Secretaria de
16 Saúde), Antônio Fábio Mendes Lessa (Secretaria de Direitos Humanos), Gabriela Martins da Costa
17 (Ordem dos Advogados do Brasil/CE – OAB Diversidade), Paula Lopes Costa Lima (Associação de
18 Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará – ATRAC), Sílvia Cavalleire Araujo da Silva (União
19 Nacional LGBT – UNALGBT), Dáry Bezerra (Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB), Miguel
20 Noah (Associação Transmasculina do Ceará – ATRANSCE) e Dominy Martins (Associação
21 Transmasculina do Ceará – ATRANSCE). Não houve registro de justificativas de ausência. O
22 Conselheiro suplente da Sedit, André Marinho deu início aos trabalhos às 14:15 considerando a
23 seguinte pauta da reunião: **I. Instalação e Verificação de Quórum:** Foi realizada a chamada das
24 entidades com assento no CECD, estando dezesseis presentes. **II. Leitura das correspondências:**
25 O conselheiro André Marinho procedeu à abertura dos trabalhos por meio da leitura solene da Carta
26 do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT (CECD/LGBT), encaminhada pela ABL,
27 referente ao caso de Ana Caroline de Sousa Campello. Concluída a leitura, o documento foi
28 submetido à apreciação do plenário, que, em manifestação unânime, deliberou por sua aprovação.
29 Na sequência, ficou determinado o encaminhamento da referida Carta para publicação no site
30 institucional da Secretaria da Diversidade (SEDIV), garantindo sua ampla divulgação e publicidade
31 oficial. Informou, ainda, os ofícios referentes às substituições e indicações dos representantes das
32 entidades, a saber: Ofício 00150/2025/SEJUV/SEC da Secretaria da Juventude Titular: José Carlos
33 de Paula e Suplente: Gabriela Silva Gomes, NUP 68000.000714/2025-18 SSPDS/AAGS da
34 Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/SSPDS Titular: Juliana Márcia Barroso e Suplente:
35 Fabryne Plycia Bastos Maia. **III. Edital de Convocação para a Seleção de Representantes da
36 Sociedade Civil para Integram o CECD/LGBT:** Procedeu-se à leitura e apresentação dos
37 requisitos do Edital, ocasião em que foram esclarecidas as quatro categorias de entidades aptas a se
38 candidatarem, bem como as respectivas vagas destinadas, sendo estas: organizações voltadas à



39 promoção e defesa dos direitos LGBTI+, com sete vagas, das quais uma vaga é reservada para cada
40 um dos seguintes movimentos: lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou mulheres transexuais, homens
41 trans ou pessoas transmasculinas, intersexos e outras identidades ou orientações sexuais;
42 organizações de grupos de estudo, grupos de pesquisa e/ou associações não governamentais ligadas
43 à ciência ou de notório saber que desenvolvam pesquisas sobre a população LGBTI+, com duas
44 vagas; organizações sindicais ou associativas de trabalhadores e/ou empregadores com atuação na
45 pauta LGBTI+, com duas vagas; e organizações de classe de caráter estadual com atuação na pauta
46 LGBTI+, com duas vagas. Na oportunidade, foi informado que as entidades interessadas deverão
47 encaminhar, para o e-mail do Conselho, a documentação obrigatória composta por carta de
48 princípios ou estatuto com missão voltada à promoção e defesa dos direitos LGBTI+, cópia do
49 CNPJ, quando houver, carta de entidade ou de autoridade pública que ateste a existência da
50 organização há, no mínimo, dois anos, documento descritivo das atividades desenvolvidas nos
51 últimos dois anos, cópia da ata de eleição da diretoria vigente e documento oficial de identificação
52 com foto das pessoas delegadas, tais como RG, CTPS, CNH, passaporte, entre outros. Esclareceu-
53 se, ainda, que todas as informações relativas ao processo seletivo serão publicadas no site da
54 SEDIV e no Diário Oficial do Estado (DOE), bem como que a eleição ocorrerá em assembleia,
55 ocasião em que também foi divulgado o calendário correspondente a cada etapa do processo. **IV.**
56 **Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia e Promoção dos Direitos Humanos da**
57 **População LGBTI+ do Estado do Ceará:** Foi apresentada síntese do Plano, destacando-se que sua
58 elaboração está diretamente vinculada à criação da Secretaria da Diversidade, marco histórico na
59 política estadual de direitos humanos, que consolida o compromisso do Estado com a promoção da
60 cidadania, da dignidade e do enfrentamento às violências e discriminações contra pessoas LGBTI+.
61 Ressaltou-se que o Plano resulta de um processo democrático, participativo e regionalizado,
62 coordenado pela SEDIV em parceria com o CECD, envolvendo movimentos sociais, sociedade
63 civil, universidades, especialistas e gestores públicos, por meio de seminários formativos,
64 conferências municipais, regionais, conferência livre e culminando na 4ª Conferência Estadual dos
65 Direitos da População LGBTQIA+, realizada em agosto de 2025. O Plano tem como objetivo geral
66 consolidar uma política pública estadual permanente, transversal e interseccional, voltada à
67 promoção dos direitos humanos, à garantia de cidadania e ao enfrentamento da LGBTIfobia,
68 estruturando-se em cinco eixos estratégicos: fortalecimento e institucionalização da política
69 LGBTI+, prevenção e enfrentamento à LGBTIfobia, promoção da cidadania, direitos e participação
70 social, valorização da diversidade e visibilidade da população LGBTI+ e estudos e produção de
71 conhecimento. Destacou-se que, entre as principais ações e metas propostas, estão a
72 institucionalização e o fortalecimento da SEDIV com garantia de orçamento próprio e interiorização
73 da política por meio de coordenadorias regionalizadas, a criação e ampliação de centros de
74 referência regionais e unidades de acolhimento para a população LGBTI+, a implementação de
75 centros integrados de atendimento às vítimas de violência com funcionamento contínuo, a formação
76 permanente de profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação e assistência social, o
77 fortalecimento do Observatório da Violência LGBTIfóbica, a promoção de políticas de inclusão
78 produtiva, empregabilidade e ações afirmativas com destaque para pessoas trans e travestis, o
79 fomento à cultura, à memória e à visibilidade positiva da população LGBTI+ e a produção de
80 dados, pesquisas e indicadores para subsidiar a formulação e avaliação das políticas públicas.



81 Destacou-se, ainda, que o Plano está fundamentado em amplo arcabouço legal, incluindo a
82 Constituição Federal, decisões do Supremo Tribunal Federal, legislações estaduais e decretos que
83 instituem e regulamentam a política LGBTI+ no Ceará, reafirmando seu caráter de política de
84 Estado. Foi informado que o Plano prevê mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação,
85 com indicadores, relatórios periódicos e participação do controle social, tendo a SEDIV a
86 coordenação técnica do processo, bem como incorpora propostas aprovadas na Conferência
87 Estadual, orientando ações e metas voltadas à proteção, promoção de direitos, inclusão social,
88 trabalho digno e fortalecimento institucional da política LGBTI+ no Estado do Ceará. A conselheira
89 Louise, representante da SECULT, sugeriu a inclusão da palavra “permanência” no texto
90 apresentado. Em seguida, André, da SEDIV, solicitou à conselheira que verificasse, junto à
91 SECULT, a viabilidade da Ação 6 — Readequação do mapa cultural para trabalhadores
92 LGBTQIA+ e criação de assento no conselho de cultura —, especialmente quanto à existência
93 prévia da referida iniciativa e aos aspectos que eventualmente não sejam passíveis de
94 implementação. **V. Informes:** A representante do VIESES, Larissa, informou que será realizado o
95 evento “Genibaú Pulsa Diversidade”, primeiro Sarau da Diversidade, com foco na valorização da
96 arte, do afeto e da potência lésbica nos territórios periféricos. Informou-se, ainda, que o evento
97 contará com a Oficina SapaZINE: Resistência e Afeto, ministrada por Wendy Mesquita e Manu
98 Rocha, com proposta de vivência voltada à criação de zines, troca de experiências e afirmação da
99 produção criativa periférica. A atividade será realizada no dia 14 de dezembro, às 15 horas, na Rua
100 Luís Mariano, nº 504, bairro Genibaú. A conselheira Silvinha, representante da UNA/LGBT,
101 apresentou informe referente à reunião realizada no dia 03 de dezembro, que contou com a
102 participação de representantes da SEDIV, da SSPDS, da UNA/LGBT e da ATRAC, representada
103 por Vida Victória. Informou-se que a reunião teve como pauta o “Caso Safira” e outras questões
104 relacionadas à política de segurança pública voltada à população LGBTI+. Durante o encontro,
105 foram apresentadas propostas como a criação de protocolo específico para tipificação de crimes de
106 homofobia e transfobia, a possibilidade de ativação da câmara temática de segurança pública no
107 âmbito do CECD, a constituição de Grupo de Trabalho entre a SEDIV e a SSPDS para análise de
108 casos de homicídios de pessoas trans e travestis ainda sem solução, bem como a realização de
109 seminário sobre o processo jurídico. O Suplente da SEDIV, André Marinho, encerrou a 19ª Reunião
110 Ordinária Ordinária do CECD LGBT às 16 horas.

André Marinho

(Suplente da Secretaria da Diversidade)

Emmanoelly Silva Rocha

(Vice-Presidenta do CECD e Titular da
Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL)

José Carlos de Paula

(Titular da Secretaria da Juventude)

Paulo Ricardo Andrade da Costa

(Titular da Diversidade do Curtume)



Lucas Mateus Sobrinho de Lima
(Titular da Secretaria de Igualdade Racial)

Sílvia Cavalleire Araujo da Silva
(Suplente da União Nacional LGBT-
UNA/LGBT)

Gabriela Martins da Costa
(Titular da Ordem dos Advogados do Brasil/CE
- OAB Diversidade)

Elízio Loiola
(Titular do Sindicato dos Assistentes Sociais do
Estado do Ceará – SASEC)

Francisco Theófilo de Oliveira Gravinis
(Suplente da Secretaria de Proteção Social)

Larissa Ferreira Nunes
(Titular do Grupo de Pesquisas e Intervenções
sobre Violências e Produção de Subjetividades –
VIESES/UFC)

Louise Ferreira Gomes
(Titular da Secretaria de Cultura)

Delson Souza do Nascimento
(Suplente do Grupo de Resistência Asa Branca -
GRAB)

Paula Lopes Costa Lima
(Titular da Associação de Travestis e Mulheres
Transexuais do Ceará – ATRAC)

Dáry Bezerra
(Titular do Grupo de Resistência Asa Branca -
GRAB)

Antônio Fábio Mendes Lessa
(Titular da Secretaria de Direitos Humanos)

Dominy Martins
(Titular da Associação Transmasculina do Ceará
– ATRANSCE)

Miguel Noah
(Suplente da Associação Transmasculina do
Ceará – ATRANSCE)

Ana Valéria Escolástico Mendonça
(Titular da Secretaria de Saúde)